



Dino elogia “persistência democrática” do Brasil

No dia seguinte ao pleito, ministro do STF afirma esperar que os eleitos consigam exercer bem os seus mandatos, “nos termos e limites da Constituição Federal”

» RENATO SOUZA

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), fez coro com os colegas de Corte, Gilmar Mendes e Edson Fachin, e enalteceu o processo eleitoral do país. Ele parabenizou os eleitos em nível federal e nos estados e disse esperar que “todos consigam bem exercer os seus mandatos, nos termos e limites da Constituição Federal”.

Dino contou ter participado da “gloriosa campanha Diretas Já”, em 1984, e que aquele movimento pelas eleições diretas para presidente, depois da ditadura militar, mostrou-se vitorioso, “pois chegamos ao final de uma eleição presidencial com a certeza de que outras virão”.

“Em um país marcado por tantas rupturas institucionais desastrosas, essa persistência democrática deve sempre ser enaltecida”, frisou. “A Constituição Federal protege o pluralismo político, o que exige respeito entre os compatriotas. Pedradas, tiros, chicotes e pessoas acorrentadas, símbolos nazistas e coações nunca mais devem fazer parte de um processo eleitoral no nosso país, já que são condutas ilegais.”

O magistrado destacou que, como integrante do Poder Judiciário, espera que os agentes políticos consigam definir bons caminhos de governança “para que a nossa pátria propicie mais políticas públicas especialmente aos mais pobres — destinatários prioritários do manto protetor da Constituição”.

“Desejo que a sociedade civil, os agentes de mercado, os profissionais das várias áreas, a classe trabalhadora, as empresas de mídia, os líderes religiosos, cada um no seu espectro de atuação, sejam portadores de mensagens de paz e ponderação, em um mundo tão conflagrado por extremismos e egoísmos, que nada constroem”, sustentou.

Ele finalizou dizendo que “o Constitucionalismo Social e Liberal, consagrado pela Carta de

Victor Piemonte/STF



Segundo o ministro, o país chega ao fim de uma eleição presidencial “com a certeza de que outras virão”



Pedradas, tiros, chicotes e pessoas acorrentadas, símbolos nazistas e coações nunca mais devem fazer parte de um processo eleitoral no nosso país, já que são condutas ilegais”

Flávio Dino,
ministro do STF

1988, deve seguir como o nosso mapa do caminho para um futuro melhor”.

No domingo à noite, o ministro Gilmar Mendes enfatizou “a vitalidade, a força e a maturidade da democracia brasileira”, que, segundo frisou, ficaram mais uma vez evidentes. “O protagonismo foi inteiramente do eleitor. Tivemos o menor percentual de abstenções e de votos brancos ou nulos dos últimos anos”, escreveu nas redes.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a queda na abstenção entre o primeiro e o segundo turno foi a maior desde a redemocratização: 1,87 ponto percentual, de 21,08% para 19,22%.

O decano do STF também elogiou a rapidez na apuração dos votos. “Exemplo para o mundo todo, a Justiça Eleitoral, encerrada a votação, já divulgava em tempo real a contabilização dos votos. Nos cinco estados e no Distrito

Federal, onde houve segundo turno para governador, pouco depois das 20h já tínhamos vários resultados confirmados.”

Gilmar pediu “união, responsabilidade e compromisso institucional” após o “ápice das disputas político-eleitorais”. “O pleno desenvolvimento do país demanda o fortalecimento das instituições, a independência e a harmonia entre os Poderes e o verdadeiro e respeitoso diálogo entre as forças contrapostas, em prol de um Brasil mais justo e solidário”, afirmou.

Já o ministro Edson Fachin, presidente do STF, ressaltou ser “hora de transformar a legitimidade das urnas em compromisso com o futuro, as divergências em diálogo republicano e os desafios em oportunidades de construção coletiva”. “A Constituição é o nosso ponto de encontro. A democracia é o nosso compromisso permanente”, escreveu o magistrado.

Vídeo de Nikolas tem efeito reverso

Redes sociais



Votação de Lula cresceu 22,6% em cidade da Bahia onde o deputado mineiro gravou vídeo sobre Nordeste

» Duda Salabert ironiza parlamentar

A deputada federal Duda Salabert (PDT) fez uma publicação em suas redes sociais em tom de deboche, dizendo que protocolou na Câmara uma moção de aplausos para o deputado Nikolas Ferreira (PL) pelo “importante trabalho nessa eleição presidencial”. “Nikolas, muito obrigada! O seu vídeo no Nordeste, suas dancinhas e atitudes infantis foram fundamentais para a manutenção da democracia brasileira”, escreveu. Os dois parlamentares têm um longo histórico de embates políticos que se estendem de Belo Horizonte até o Congresso Nacional.

per capita do estado em 2023, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O

deputado federal se tornou cabo eleitoral de Flávio no Nordeste no segundo turno.

Lula se reelegeu com 51,79% dos votos em uma virada histórica no último domingo, contra 48,21% de Flávio, que havia ficado à frente no primeiro turno. A campanha do presidente, que irá para o quarto mandato, rebateu o vídeo ao argumentar que Nikolas depreciou o Nordeste, tradicional reduto eleitoral do PT.

O município foi batizado em homenagem ao ex-deputado federal Luís Eduardo Magalhães, morto por infarto em 1998. O político era filho do ex-governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Kleber sales



A ressaca da virada eleitoral de Lula derruba a bolsa e frustra Trump

A vitória de virada de Luiz Inácio Lula da Silva deixou uma ressaca que ultrapassa o desconforto dos derrotados. A contestação do resultado por Flávio Bolsonaro, o respaldo de Donald Trump às suspeitas lançadas sobre a votação, o tombo dos ativos brasileiros e uma nova intervenção de Alexandre de Moraes, que cancelou o passaporte do candidato derrotado e proibiu-o de deixar o país, compõem um cenário de instabilidade.

Lula conquistou o quarto mandato, mas recebeu, antes mesmo de encerrar a comemoração, uma advertência sobre as dificuldades de exercê-lo. O primeiro problema é a recusa de Flávio em reconhecer a derrota. O senador anunciou que pedirá a anulação da eleição, questionando a decisão do ministro Cristiano Zanin de ampliar o horário de votação diante de problemas de transporte.

Sua contradição é que a própria campanha bolsonarista também havia solicitado a prorrogação, embora restrita a municípios atingidos pelas chuvas. A discussão sobre o alcance da decisão é legítima; transformá-la em prova de fraude exigiria evidências que o candidato não apresentou. Os números também impõem limites à narrativa.

Lula venceu por, aproximadamente, 4,4 milhões de votos, enquanto menos de 35 mil foram depositados durante a extensão do horário. Há uma tentativa de atribuir à prorrogação a responsabilidade pela virada. As irregularidades têm que ser investigadas, mas isso não invalida a escolha dos eleitores, porque a vantagem de Lula foi muito grande.

Entretanto, a prorrogação do horário de votação é o novo pretexto da conexão entre o bolsonarismo e o secretário de Estado, Marco Rubio, para estressar as relações de Lula com Trump. O Departamento de Estado tinha até preparado um comunicado sobre a eleição, mas sua divulgação foi suspensa depois das alegações de Flávio. A reação do candidato derrotado influenciou as decisões diplomáticas de Washington.

Ontem, Trump acrescentou combustível à crise ao sugerir, sem apresentar provas, que a eleição brasileira parecia “corrupta”. Como referência internacional, a declaração fortalece a resistência de Flávio em admitir o resultado. A afinidade com a família, cultivada desde o governo Bolsonaro, ajuda a compreender essa convergência, embora não permita concluir que tudo foi previamente combinado.

Eduardo Bolsonaro tornou explícito o objetivo de internacionalizar a contestação ao pedir que a comunidade internacional recusasse a vitória de Lula e pressionasse pela anulação. Fora dos EUA e da Argentina. Trump e o presidente argentino, Javier Milei, são exceções na comunidade internacional. Todos os demais países da América do Sul, da União Europeia, do Grupo dos 20 e do Brics reconheceram a reeleição do presidente brasileiro.

Apostas de risco

Outra ressaca ocorreu no mercado financeiro. Parte dos investidores havia organizado suas posições em torno da vitória de Flávio e da expectativa de uma orientação fiscal mais restritiva. Os levantamentos disponíveis na sexta-feira ajudaram a sustentar essa aposta, mas mostravam uma disputa apertada: PoderData/Aya apontava 51% a 49% nos votos válidos; o Datafolha, empate em 50%. Converter vantagem estreita em certeza foi um erro de avaliação de risco.

A correção foi brutal. Nessa segunda-feira, o dólar comercial fechou em alta de 8,21%, a R\$ 5,403, depois de alcançar R\$ 5,605. O Ibovespa perdeu 14,01%, e a B3 interrompeu temporariamente as negociações pelo mecanismo de circuit breaker. A desmontagem das posições favoráveis à troca de governo se somou à preocupação com as contas públicas. A Bolsa também sofre a ressaca de uma vitória antecipadamente incorporada aos preços.

Isso não dispensa Lula de responder às dúvidas econômicas. A reação dos investidores não revoga votos, mas encarece o crédito, pressiona expectativas e restringe a margem de ação do governo. O Executivo precisa apresentar compromissos convincentes com a trajetória da dívida e a sustentabilidade de suas políticas sociais. A vitória eleitoral não garante a confiança econômica, que dependerá das decisões que Lula tomar.

No terreno institucional, a determinação de Moraes para que Flávio entregue os passaportes e fique impedido de deixar o país acrescenta outra frente de conflito. A medida está relacionada a uma investigação sobre suspeitas de lavagem de dinheiro envolvendo o senador e o advogado Willer Tomaz, que negam as acusações. Flávio classificou a decisão como intimidação. Investigação criminal e controvérsia eleitoral tumultuam o processo, perder uma eleição não justifica restrições judiciais, assim como disputar a Presidência não assegura imunidade à investigação.

A decisão de Moraes no dia seguinte à eleição precisa ter mais fundamentos. Sua repercussão atinge em cheio o Congresso, cuja composição conservadora já representa um obstáculo ao novo mandato. A sobreposição entre a contestação da votação e as medidas contra Flávio oferece à oposição um eixo de mobilização contra o Supremo. Reúne naturezas distintas numa acusação geral de interferência judicial, que agrava o confronto permanente entre Poderes.

Para governar, Lula terá de negociar com o Congresso, onde a oposição ampliou sua força. A ressaca de dessa segunda-feira é uma amostra grátis do que vem por aí. Lula venceu a eleição, mas terá de construir melhores condições para governar. A oposição vai jogar pesado.